



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Terça-feira, 13 de Agosto de 2024 - Edição nº5143

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique
Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

DÍVIDAS OCULTAS

Condenação de Chang confirma outras figuras políticas envolvidas

(Maputo) O Fórum de Monitoria do Orçamento considera que a condenação do ex-ministro das Finanças Manuel Chang confirma outras figuras políticas envolvidas no caso das dívidas ocultas, defendendo a “responsabilização de toda a rede de corrupção”.

“A condenação de Chang destaca que há outros envolvidos e contornos mais amplos que precisam ser investigados. O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) exige que as investigações prossigam, tanto pelas autoridades nacionais quanto internacionais, para responsabilizar toda a rede de corrupção”, refere uma nota

do FMO, uma entidade que junta 21 organizações não-governamentais (ONG) moçambicanas.

O ex-ministro das Finanças Manuel Chang foi condenado, na quinta-feira, nos Estados Unidos, no âmbito do caso das dívidas ocultas.

Chang foi acusado de aceitar



ALÉM DE UMA INDEMNIZAÇÃO DE 2,5 MILHÕES DE METICAIS

Homem condenado a 30 anos de prisão por cortar e vender órgãos sexuais

(Maputo) O Tribunal Judicial da Província de Manica condenou esta segunda-feira um homem a 30 anos de prisão por cortar e vender os órgãos sexuais de um moto-taxista.

“Pela prática de um crime de mutilação genital e de um crime de detenção, posse, transporte e comercialização

de órgãos humanos e de um crime agravado, o condenado, em cúmulo, na pena única de prisão de 30 anos”, disse o Luís Massingue, durante a leitura da sentença.

O crime terá ocorrido em 11 de Janeiro de 2020, após o condenado ter solicitado serviços de moto-táxi à vítima, alegando que precisava transportar um familiar doente. Chegados à casa, a vítima foi agredida fisicamente,

perdeu a consciência e, na sequência, foram cortados os seus órgãos genitais.

O homem foi condenado também a pagar uma indemnização de 2,5 milhões de meticais à vítima “pelos danos patrimoniais e não patrimoniais” causados, determinou o juiz, acrescentando que os órgãos terão sido vendidos na África do Sul, país vizinho de Moçambique.

(Redacção)

Publicidade

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

subornos e de conspiração para desviar fundos dos esforços de Moçambique para proteger e expandir as suas indústrias de gás natural e pesca, num plano para enriquecer e enganar investidores. Os procuradores acusaram Chang de recolher sete milhões de dólares em subornos, transferidos através de bancos norte-americanos para contas europeias de um associado.

O antigo governante foi detido em 29 de Dezembro de 2018 no Aeroporto Internacional O. R. Tambo, em Joanesburgo, na África do Sul, quando estava a caminho do Dubai, com base num mandado de captura internacional emitido pelos Estados Unidos em 27 de Dezembro, pelo seu envolvimento no processo das chamadas dívidas ocultas.

O FMO fez parte da contestação judicial que manteve a extradição para os EUA em cima da mesa, por oposição à Procuradoria-Geral da República (PGR), que pediu à

África do Sul para extraditar o antigo governante para Moçambique.

“Confirma-se a existência de suborno e corrupção, como o FMO sempre alertou. O julgamento nos Estados Unidos valida a gravidade dessas práticas corruptas, que prejudicaram substancialmente o Estado moçambicano”, lê-se no documento do FMO.

As organizações que compeem o FMO exigem ainda que o processo contra Chang não seja arquivado em Moçambique, considerando que há outras figuras envolvidas e “contornos mais amplos que precisam ser investigados”.

“O FMO defende que a Justiça deve garantir que os cidadãos moçambicanos não sofram as consequências do serviço das dívidas e ou pagamentos de acordos extra-judiciais, e sejam indemnizados pelos danos económicos e sociais. A continuidade desse processo contra todos os

envolvidos é vital para restaurar a confiança pública nas instituições”, refere-se na nota.

Chang rejeita todas as acusações e aponta o actual Presidente Filipe Nyusi, à data ministro da Defesa, como sendo quem o mandou assinar as garantias bancárias que viabilizaram as dívidas ocultas. O escândalo das dívidas ocultas remonta a 2013 e 2014, quando o então ministro das Finanças aprovou, à revelia do Parlamento, garantias estatais sobre os empréstimos da Proinducus, Ematum e MAM aos bancos Credit Suisse e VTB.

Descobertas em 2016, as dívidas foram estimadas em cerca de 2,7 mil milhões de dólares, de acordo com valores apresentados pelo Ministério Público. Moçambique era, então, uma das dez economias de crescimento mais rápido do mundo durante duas décadas, segundo o Banco Mundial, mas acabou por mergulhar numa convulsão financeira. **(Redacção)**

INCLUINDO DEZ MULHERES COM CRIANÇAS

Tribunal mantém 38 moçambicanos detidos por tráfico humano

(Maputo) Um tribunal na província sul-africana de Mpumalanga, que faz fronteira com Moçambique, manteve detidos sob custódia policial 38 moçambicanos ilegais, incluindo 16 mulheres com 10 crianças, por alegado tráfico humano, anunciou ontem a Polícia sul-africana.

“Foram detidos na sexta-feira, 08 de Agosto de 2024, por volta das 20:00, em Kaapmuiden”, disse em comunicado a porta-voz da unidade de investigação criminal (HAWKS, na sigla em inglês) da Polícia Sul-Africana

(SAPS), Sekgotodi Dineo.

“Dois mini-autocarros transportavam as pessoas indocumentadas de Moçambique para Joanesburgo, na República da África do Sul”, precisou.

A porta-voz da Polícia referiu que “dois condutores de minia-utocarros, o condutor de uma carrinha de caixa aberta, e mais 38 passageiros moçambicanos indocumentados, com idade entre 17 e 40 anos” compareceram ontem no Tribunal de Magistrados da cidade de Barbeton, a cerca de 113 quilómetros da fronteira de Koomatipoort com o

vizinho Moçambique.

“Durante a operação [policial], identificou-se um total de 16 mulheres que viajavam com 10 crianças pequenas, quatro raparigas adolescentes, e 15 homens, sem a devida documentação”, salientou Sekgotodi Dineo.

“Os suspeitos foram detidos e acusados de rapto, auxílio, cumplicidade e violação da Lei da Imigração, respectivamente”, salientou. O tribunal decidiu adiar para hoje e dia 20 deste mês a apreciação do caso, indicou a porta-voz da Polícia sul-africana. **(R)**

NORTE DE MOÇAMBIQUE

Mais de 1,5 milhão de pessoas em crise ou emergência alimentar

(Maputo) Mais de 1,5 milhão de pessoas de três províncias moçambicanas do norte estavam, em Junho, em situação de crise ou emergência de

insegurança alimentar, indicou ontem o Grupo de Segurança Alimentar, que reconheceu não ter recursos.

De acordo com o relatório do

primeiro semestre divulgado por aquele grupo, criado em 2011 e liderado conjuntamente pela Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA), a situação verifica-se nas províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado, esta última com 879 mil pessoas nesta situação, nomeadamente devido ao conflito terrorista.

“Os parceiros do FSC [na sigla em inglês, Food Security Cluster] apelam aos doadores para apoiarem o Plano de Necessidades e Resposta Humanitária [PNRH] de 2024, que visa 172 milhões de dólares para satisfazer as necessidades de aproximadamente um milhão de pessoas, incluindo as afectadas por conflitos”, de acordo com o relatório do Grupo de Segurança Alimentar, com base na última análise da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) no norte de Moçambique.

O documento acrescentou que a “resposta humanitária em Cabo Delgado é gravemente dificultada por recursos inadequados”.

“Até Junho de 2024, o PNRH do FSC foi financiado apenas em 34%, um forte contraste com o ano passado. Este défice de financiamento forçou os parceiros do FSC a tomar decisões difíceis, tais como reduzir as rações alimentares para chegar a mais beneficiários ou estender os serviços entre pessoas deslocadas, comunidades anfitriãs e repatriados, comprometendo assim

a qualidade da assistência”, indicou.

Reconheceu ainda que “apesar dos desafios intermitentes de acesso devido ao encerramento de estradas e à insegurança”, os parceiros no terreno “estão a dar prioridade à manutenção de uma presença no terreno e à prestação dos serviços e fornecimentos necessários”.

“A situação é grave, com mais de meio milhão de pessoas deslocadas e 623 mil regressadas a casa no norte de Moçambique. A destruição generalizada e os danos causados às infra-estruturas, incluindo instalações recentemente reabilitadas, perturbaram os serviços nos distritos afectados por conflitos e reverteram os ganhos de desenvolvimento”, referiu.

“A vulnerabilidade dos deslocados internos e dos repatriados, que continuam a depender da assistência humanitária para sobreviver, é significativa. Os regressos ocorrem frequentemente em áreas remotas onde as redes tradicionais de protecção comunitárias ainda não recuperaram”, reconheceu igualmente o relatório.

Nos últimos meses, “a situação de segurança em Cabo Delgado deteriorou-se acentuadamente”. Entre 26 de Dezembro de 2023 e o final de Maio de 2024, os ataques perpetrados por grupos armados “deslocaram aproximadamente 189.000 pessoas”, na “maior deslocação desde 2017”,

apontou o documento.

“Esta violência espalhou-se por vários distritos, incluindo Ancuabe, Chiúre, Macomia, Mecufi, Metuge, Mocímboa da Praia, Muidumbe e Quis-sanga, com repercussões nos distritos de Erati e Memba, na província de Nampula. Estes ataques expandiram-se para áreas anteriormente não afectadas, levando a uma distribuição geográfica mais ampla das operações”, admitiu o Grupo de Segurança Alimentar.

Além disso, acrescentou que o ataque no distrito de Macomia, em Maio, “resultou na suspensão da assistência a 89 mil pessoas, agravando ainda mais a crise”.

O Grupo de Segurança Alimentar coordena respostas de segurança alimentar durante e após uma crise humanitária, na disponibilidade, no acesso, na utilização e na estabilidade de alimentos, com uma rede de mais de 1.000 parceiros em 29 países.

Cabo Delgado enfrenta desde Outubro de 2017 uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

O último grande ataque deu-se em 10 e 11 de Maio à sede distrital de Macomia, com cerca de uma centena de insurgentes a saquearem a vila, provocando vários mortos e fortes combates com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique. **(Redacção)**

FACE À RETIRADA DE PODER A TRIBUNAIS DISTRITAIS

Consórcio Eleitoral Mais Integridade alerta para conflitos

(Maputo) O Consórcio Eleitoral Mais Integridade, organização da sociedade civil moçambicana, disse ontem que a eliminação da competência dos tribunais distritais de ordenar a recontagem de votos coloca em causa a transparência das eleições, alertando para conflitos em Outubro.

“Com a reforma que foi a aprovação da última semana, nós, como consórcio, temos bastante dúvidas de que haverá transparência nas eleições”, disse Edson Cortez, presidente do consórcio eleitoral, durante uma conferência de imprensa em Maputo.

A Assembleia da República (AR) aprovou na quinta-feira alterações pontuais à legislação eleitoral, retirando a competência dos tribunais distritais de ordenarem a recontagem de votos, que antes motivou um veto do Presidente da República, Filipe Nyusi.

O consórcio, que congrega sete organizações da sociedade civil moçambicana, considera “errada e sem sentido nenhum” a decisão do Parlamento, tendo em conta as irregularidades registadas nas eleições autárquicas de Outubro passado, em que a oposição e outras entidades denunciaram uma

“mega-fraude”.

A organização alertou ainda para a ocorrência de novos conflitos nas eleições gerais de 09 de Outubro, fazendo menção a “actuação duvidosa” e à descrença popular nas decisões do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Conselho Constitucional (CC) no processo eleitoral de 2023.

“Vamos para mais uma eleição onde nenhum de nós como moçambicano, que se diga a verdade, tem a

⇒

confiança plena na transparência do processo por parte da CNE e nenhum de nós acredita que o Conselho Constitucional actua de forma imparcial, então as probabilidades de termos uma eleição polémica e uma eleição que abra espaço para conflitos é bastante elevada”, alertou Edson Cortez.

Para o responsável, a retirada da competência de recontagem de votos dos tribunais distritais é um “retrocesso significativo para a justiça eleitoral em Moçambique”, sugerindo, por isso, a criação de um movimento para o “resgate da lei inicialmente devolvida pelo Presidente da República para exame”.

“Esta decisão aponta, pois, para um claro retrocesso no processo de-

mocrático e uma oportunidade perdida para reforçar a integridade e a eficácia do sistema eleitoral (...). É tempo de os vários actores interessados num processo eleitoral justo e íntegro unirem esforços para defender a democracia que está a ser sequestrada”, concluiu.

As mexidas nas normas eleitorais foram aprovadas na especialidade e em definitivo, com os 197 votos a favor da Frelimo, partido no poder e com maioria parlamentar, e da Renamo, principal partido da oposição, e quatro contra do MDM, terceira maior força política do país.

Com a viabilização das alterações, a AR retirou a competência de os tribunais distritais mandarem recontar votos em eleições no país, eliminando

um ponto que originou o veto do Presidente da República e devolução das normas ao Parlamento.

Anteriormente, o Parlamento já havia alterado a lei eleitoral, determinando expressamente que os tribunais distritais não têm competência para mandar repetir a votação nas eleições em Moçambique, depois de o Conselho Constitucional ter invalidado decisões daquelas instâncias que ordenavam uma nova votação em alguns municípios nas eleições autárquicas de 11 de Outubro último. Moçambique realiza em 09 de Outubro eleições gerais, incluindo presidenciais, legislativas e dos governadores e assembleias provinciais. **(Redacção)**

COM IDADES ENTRE OS 60 E 65 ANOS

Governo ordena aposentadoria compulsória de todos os funcionários da administração pública

(Maputo) O Governo, através do Ministério da Economia e Finanças (MEF), ordenou a aposentadoria compulsória de todos os funcionários da administração pública que tenham idades entre os 65 anos (para homens) e 60 anos (para mulheres).

Segundo um despacho divulgado nesta segunda-feira (12), o MEF deu a todos os funcionários abrangidos pela medida um prazo de dez dias, a contar a partir de 1 de Agosto, para apresentarem os documentos necessários para efectuar a regularização das suas aposentadorias.

“Trata-se de um pedido de pensão dirigido ao director-geral do Instituto Nacional de Previdência Social, uma cópia autenticada do documento de identidade do requerente, seu número de contribuinte (NUIT) e um certificado comprovando o tempo de trabalho no sector público”, descreve.

O despacho clarifica que cada funcionário deve entregar a documentação ao gestor dos recursos humanos ao nível do seu sector, destacando que, dentro de seis meses, os mesmos vão começar a receber as suas pensões.

Conforme o órgão de comunicação, o MEF não estima quantos funcionários serão afectados pela aposentadoria compulsória, nem a verba que a medida deverá economizar.

Em Fevereiro, o representante

do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Moçambique, Alexis Mayer-Cirkel, considerou fundamental uma reforma da despesa com salários da administração pública no País, de forma que liberte recursos necessários para investimentos no sector social e das infra-estruturas.

“A reforma salarial é importante, porque os recursos públicos são escassos e quando são excessivamente absorvidos pelos salários não ficam disponíveis para sectores como o da educação e das infra-estruturas”, afirmou.

Na altura, o responsável explicou que o importante para o crescimento económico é o investimento, enquanto a folha de salários é um gasto corrente, sustentando que “Moçambique registou um choque fiscal muito grande em 2023, devido a uma espiral com a rubrica de salários no Estado, mas consegui conter essa subida”.

“Tenho muitos amigos funcionários públicos e desejo a todos que recebam um salário muito alto, mas estou aqui como economista. O custo com os salários não deve tirar uma parcela equivalente a 80% da riqueza nacional, porque não haverá margem para um investimento produtivo na economia e nas áreas sociais básicas”, sublinhou.

Mayer-Cirkel defendeu que a reforma salarial deve ser continuamente

monitorizada e avaliada, para que as pessoas sejam pagas em função do devido enquadramento profissional.

O economista considerou satisfatórios os avanços registados por Moçambique, no âmbito do programa acordado com o FMI, designadamente a aprovação da Lei sobre o Fundo Soberano, a submissão ao Parlamento da revisão da Lei de Probidade Pública e os progressos que o País registou no reforço do quadro regulatório e institucional contra o branqueamento de capitais e o terrorismo, além da já aprovada Tabela Salarial Única (TSU).

Cada funcionário deve entregar a documentação ao gestor de recursos humanos ao nível do seu sector, sendo que, dentro de seis meses, os mesmos vão começar a receber as suas pensões

“A implementação da TSU custou 28,5 mil milhões de meticais mais do que o esperado. O custo inicial esperado da reforma da massa salarial durante o período 2022-23 era de 19,2 mil milhões de meticais, o equivalente a 1,4% do PIB”, recordou.

ATSU foi aprovada em 2022 com o objectivo de eliminar assimetrias e manter a massa salarial do Estado sob controlo a médio prazo. No entanto, o seu arranque fez disparar os salários em 36%, de uma despesa de 11,6 mil milhões de meticais/mês para 15,8 mil milhões de meticais/mês. **(Redacção)**